

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

Termo de Referência 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

2/2026

158137-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

Editado por

LUCAS DELEON RAMIRIO

Atualizado em

06/01/2026 16:12 (v 0.4)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

Processo Administrativo

23346.000009.2026-52

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90601/2026 (SRP)
PROCESSO Nº 23346.000009.2026-52

1.1. Eventual Aquisição Futura de Material Hidráulico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	214730	Tubo PVC, soldável, dn 20 mm, água fria (NBR-5648), fabricados de PVC rígido, cor marrom, com ponta-bolsa lisa, para sistema soldável. Tem a função de conduzir e armazenar água potável nos sistemas prediais em condições adequadas de temperatura e pressão. São utilizados nos sistemas de água fria permanente. Marcas de referência: (tigre, amanco, krona, plastilit.) somente serão aceitos produtos de marcas participantes do programa setorial da qualidade de tubos e conexões de PVC para instalações hidráulicas prediais. Caso a marca ofertada não faça parte do programa setorial da qualidade de tubos e conexões de PVC para instalações hidráulicas prediais, o concorrente deverá apresentar a comprovação de atendimento às normas da ABNT através laudos e certificações emitidos por laboratórios certificados e acreditados junto ao inmetro, comprovando o atendimento às seguintes normas e ensaios: normas de especificação: ABNT NBR 5648/2018 – tubos e conexões de PVC-u com junta soldável para sistemas prediais de água fria – requisitos; ABNT NBR 5688	BARRA COM 6,0 METROS	100	R\$ 19,70	R\$ 1.970,00

		<p>/2018 – tubos e conexões de PVC-u para sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação – requisitos. Normas de métodos de ensaio: ABNT NBR nm 84/2005 – tubos e conexões de PVC – determinação do teor de cinzas; ABNT NBR nm 85/2005 – tubos de PVC – verificação dimensional; ABNT NBR 5683/1999 – tubos de PVC – verificação da resistência à pressão hidrostática interna; ABNT NBR 5687/1999 – tubos de PVC – verificação da estabilidade dimensional; ABNT NBR 6483/1999 – conexões de PVC – verificação do comportamento ao achatamento; ABNT NBR 7231/1999 – conexões de PVC – verificação do comportamento ao calor; ABNT NBR 7371/1999 – tubos de PVC – verificação do desempenho da junta soldável; ABNT NBR 9053/1999 – tubos de PVC – determinação da classe de rigidez;" fornecido em barra de 6 metros.</p>				
2	214731	<p>Tubo PVC, soldável, dn 25 mm, água fria (NBR-5648), fabricados de PVC rígido, cor marrom, com ponta-bolsa lisa, para sistema soldável. Tem a função de conduzir e armazenar água potável nos sistemas prediais em condições adequadas de temperatura e pressão. São utilizados nos sistemas de água fria permanente. Marcas de referência: (tigre, amanco, krona, plastilit.) somente serão aceitos produtos de marcas participantes do programa setorial da qualidade de tubos e conexões de PVC para instalações hidráulicas prediais. Caso a marca ofertada não faça parte do programa setorial da qualidade de tubos e conexões de PVC para instalações hidráulicas prediais, o concorrente deverá apresentar a comprovação de atendimento às normas da ABNT através laudos e certificações emitidos por laboratórios certificados e acreditados junto ao inmetro, comprovando o atendimento às seguintes normas e ensaios: normas de especificação: ABNT NBR 5648/2018 – tubos e conexões de PVC-u com junta soldável para sistemas prediais de água fria – requisitos; ABNT NBR 5688/2018 – tubos e conexões de PVC-u para sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação – requisitos. Normas de métodos de ensaio: ABNT NBR nm 84/2005 – tubos e conexões de PVC – determinação do teor de cinzas; ABNT NBR nm 85/2005 – tubos de PVC – verificação dimensional; ABNT NBR 5683/1999 – tubos de PVC – verificação da resistência à pressão</p>	<p>BARRA COM 6,0 METROS</p>	50	R\$ 33,00	R\$ 1.650,00

		hidrostática interna; ABNT NBR 5687/1999 – tubos de PVC – verificação da estabilidade dimensional; ABNT NBR 6483/1999 – conexões de PVC – verificação do comportamento ao achatamento; ABNT NBR 7231/1999 – conexões de PVC – verificação do comportamento ao calor; ABNT NBR 7371/1999 – tubos de PVC – verificação do desempenho da junta soldável; ABNT NBR 9053/1999 – tubos de PVC – determinação da classe de rigidez;" fornecido em barra de 6 metros.				
3	214732	<p>Tubo PVC, soldável, dn 32 mm, água fria (NBR-5648), fabricados de PVC rígido, cor marrom, com ponta-bolsa lisa, para sistema soldável. Tem a função de conduzir e armazenar água potável nos sistemas prediais em condições adequadas de temperatura e pressão. São utilizados nos sistemas de água fria permanente. Marcas de referência: (tigre, amanco, krona, plastilit.) somente serão aceitos produtos de marcas participantes do programa setorial da qualidade de tubos e conexões de PVC para instalações hidráulicas prediais. Caso a marca ofertada não faça parte do programa setorial da qualidade de tubos e conexões de PVC para instalações hidráulicas prediais, o concorrente deverá apresentar a comprovação de atendimento às normas da ABNT através laudos e certificações emitidos por laboratórios certificados e acreditados junto ao inmetro, comprovando o atendimento às seguintes normas e ensaios: normas de especificação: ABNT NBR 5648/2018 – tubos e conexões de PVC-u com junta soldável para sistemas prediais de água fria – requisitos; ABNT NBR 5688/2018 – tubos e conexões de PVC-u para sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação – requisitos. Normas de métodos de ensaio: ABNT NBR nm 84/2005 – tubos e conexões de PVC – determinação do teor de cinzas; ABNT NBR nm 85/2005 – tubos de PVC – verificação dimensional; ABNT NBR 5683/1999 – tubos de PVC – verificação da resistência à pressão hidrostática interna; ABNT NBR 5687/1999 – tubos de PVC – verificação da estabilidade dimensional; ABNT NBR 6483/1999 – conexões de PVC – verificação do comportamento ao achatamento; ABNT NBR 7231/1999 – conexões de PVC – verificação do comportamento ao calor; ABNT NBR 7371/1999 – tubos de PVC – verificação do desempenho da junta soldável; ABNT NBR 9053/1999 –</p>	BARRA COM 6,0 METROS	20	R\$ 79,00	R\$ 1.580,00

GRUPO 01		tubos de PVC – determinação da classe de rigidez;" fornecido em barra de 6 metros.					
	4	214732	<p>Tubo PVC, soldável, dn 40 mm, água fria (NBR-5648), fabricados de PVC rígido, cor marrom, com ponta-bolsa lisa, para sistema soldável. Tem a função de conduzir e armazenar água potável nos sistemas prediais em condições adequadas de temperatura e pressão. São utilizados nos sistemas de água fria permanente. Marcas de referência: (tigre, amanco, krona, plastilit.) somente serão aceitos produtos de marcas participantes do programa setorial da qualidade de tubos e conexões de PVC para instalações hidráulicas prediais. Caso a marca ofertada não faça parte do programa setorial da qualidade de tubos e conexões de PVC para instalações hidráulicas prediais, o concorrente deverá apresentar a comprovação de atendimento às normas da ABNT através laudos e certificações emitidos por laboratórios certificados e acreditados junto ao inmetro, comprovando o atendimento às seguintes normas e ensaios: normas de especificação: ABNT NBR 5648/2018 – tubos e conexões de PVC-u com junta soldável para sistemas prediais de água fria – requisitos; ABNT NBR 5688/2018 – tubos e conexões de PVC-u para sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação – requisitos. Normas de métodos de ensaio: ABNT NBR nm 84/2005 – tubos e conexões de PVC – determinação do teor de cinzas; ABNT NBR nm 85/2005 – tubos de PVC – verificação dimensional; ABNT NBR 5683/1999 – tubos de PVC – verificação da resistência à pressão hidrostática interna; ABNT NBR 5687/1999 – tubos de PVC – verificação da estabilidade dimensional; ABNT NBR 6483/1999 – conexões de PVC – verificação do comportamento ao achatamento; ABNT NBR 7231/1999 – conexões de PVC – verificação do comportamento ao calor; ABNT NBR 7371/1999 – tubos de PVC – verificação do desempenho da junta soldável; ABNT NBR 9053/1999 – tubos de PVC – determinação da classe de rigidez;" fornecido em barra de 6 metros.</p>	BARRA COM 6,0 METROS	10	R\$ 79,00	R\$ 790,00
			Tubo PVC, soldável, dn 50 mm, água fria (NBR-5648), fabricados de PVC rígido, cor marrom, com ponta-bolsa lisa, para sistema soldável. Tem a função de conduzir e armazenar água potável nos sistemas prediais em condições adequadas de temperatura e pressão. São utilizados nos sistemas de				

		<p>água fria permanente. Marcas de referência: (tigre, amanco, krona, plastilit.) somente serão aceitos produtos de marcas participantes do programa setorial da qualidade de tubos e conexões de PVC para instalações hidráulicas prediais. Caso a marca ofertada não faça parte do programa setorial da qualidade de tubos e conexões de PVC para instalações hidráulicas prediais, o concorrente deverá apresentar a comprovação de atendimento às normas da ABNT através laudos e certificações emitidos por laboratórios certificados e acreditados junto ao inmetro, comprovando o atendimento às seguintes normas e ensaios: normas de especificação: ABNT NBR 5648/2018 – tubos e conexões de PVC-u com junta soldável para sistemas prediais de água fria – requisitos; ABNT NBR 5688/2018 – tubos e conexões de PVC-u para sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação – requisitos. Normas de métodos de ensaio: ABNT NBR nm 84/2005 – tubos e conexões de PVC – determinação do teor de cinzas; ABNT NBR nm 85/2005 – tubos de PVC – verificação dimensional; ABNT NBR 5683/1999 – tubos de PVC – verificação da resistência à pressão hidrostática interna; ABNT NBR 5687/1999 – tubos de PVC – verificação da estabilidade dimensional; ABNT NBR 6483/1999 – conexões de PVC – verificação do comportamento ao achatamento; ABNT NBR 7231/1999 – conexões de PVC – verificação do comportamento ao calor; ABNT NBR 7371/1999 – tubos de PVC – verificação do desempenho da junta soldável; ABNT NBR 9053/1999 – tubos de PVC – determinação da classe de rigidez;" fornecido em barra de 6 metros.</p>	BARRA COM 6,0 METROS	50	R\$ 124,00	R\$ 6.200,00
		<p>Tubo PVC, soldável, dn 60 mm, agua fria (NBR-5648), fabricados de PVC rígido, cor marrom, com ponta-bolsa lisa, para sistema soldável. Tem a função de conduzir e armazenar água potável nos sistemas prediais em condições adequadas de temperatura e pressão. São utilizados nos sistemas de água fria permanente. Marcas de referência: (tigre, amanco, krona, plastilit.) somente serão aceitos produtos de marcas participantes do programa setorial da qualidade de tubos e conexões de PVC para instalações hidráulicas prediais. Caso a marca ofertada não faça parte do programa setorial da qualidade de tubos e conexões de PVC para instalações hidráulicas prediais, o concorrente</p>				

	6	214735	deverá apresentar a comprovação de atendimento às normas da ABNT através laudos e certificações emitidos por laboratórios certificados e acreditados junto ao inmetro, comprovando o atendimento às seguintes normas e ensaios: normas de especificação: ABNT NBR 5648/2018 – tubos e conexões de PVC-u com junta soldável para sistemas prediais de água fria – requisitos; ABNT NBR 5688/2018 – tubos e conexões de PVC-u para sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação – requisitos. Normas de métodos de ensaio: ABNT NBR nm 84/2005 – tubos e conexões de PVC – determinação do teor de cinzas; ABNT NBR nm 85/2005 – tubos de PVC – verificação dimensional; ABNT NBR 5683/1999 – tubos de PVC – verificação da resistência à pressão hidrostática interna; ABNT NBR 5687/1999 – tubos de PVC – verificação da estabilidade dimensional; ABNT NBR 6483/1999 – conexões de PVC – verificação do comportamento ao achatamento; ABNT NBR 7231/1999 – conexões de PVC – verificação do comportamento ao calor; ABNT NBR 7371/1999 – tubos de PVC – verificação do desempenho da junta soldável; ABNT NBR 9053/1999 – tubos de PVC – determinação da classe de rigidez;" fornecido em barra de 6 metros.	BARRA COM 6,0 METROS	30	R\$ 160,00	R\$ 4.800,00
	7	380962	Adaptador PVC soldavel, com flange e anel de vedacao, 32 mm x 3/4", para caixa d'agua (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020) conexão de PVC soldável, cor marrom, do tipo adaptador curto soldável e roscável (com bolsa e rosca). Junta soldável a frio com adesivo, dispensando ferramentas. Utilizada para executar transição de uma junta soldável para uma roscável. Ideal para uso junto a registros e caixas d'água e outros.	UNIDADE	30	R\$ 9,70	R\$ 291,00
	8	265177	Adaptador PVC soldavel, com flange e anel de vedacao, 60 mm x 2", para caixa d'agua (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020) conexão de PVC soldável, cor marrom, do tipo adaptador curto soldável e roscável (com bolsa e rosca). Junta soldável a frio com adesivo, dispensando ferramentas. Utilizada para executar transição de uma junta soldável para uma roscável. Ideal para uso junto a registros e caixas d'água e outros.	UNIDADE	10	R\$ 52,10	R\$ 521,00
			Adaptador PVC soldavel curto com bolsa e rosca, 32 mm x 1", para agua fria (NBR 9821:1987 versão corrigida:				

GRUPO 02	9	373934	1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020) conexão de PVC soldável, cor marrom, do tipo adaptador curto soldável e roscável (com bolsa e rosca). Junta soldável a frio com adesivo, dispensando ferramentas. Utilizada para executar transição de uma junta soldável para uma roscável. Ideal para uso junto a registros e caixas d'água e outros.	UNIDADE	30	R\$ 3,16	R\$ 94,80
	10	373931	Adaptador PVC soldavel curto com bolsa e rosca, 50 mm x 1 1/2", para agua fria (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020) conexão de PVC soldável, cor marrom, do tipo adaptador curto soldável e roscável (com bolsa e rosca). Junta soldável a frio com adesivo, dispensando ferramentas. Utilizada para executar transição de uma junta soldável para uma roscável. Ideal para uso junto a registros e caixas d'água e outros.	UNIDADE	50	R\$ 4,98	R\$ 249,00
	11	373935	Adaptador PVC soldavel curto com bolsa e rosca, 60 mm x 2", para agua fria (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020) conexão de PVC soldável, cor marrom, do tipo adaptador curto soldável e roscável (com bolsa e rosca). Junta soldável a frio com adesivo, dispensando ferramentas. Utilizada para executar transição de uma junta soldável para uma roscável. Ideal para uso junto a registros e caixas d'água e outros.	UNIDADE	10	R\$ 11,95	R\$ 119,50
GRUPO 03	12	399173	Bucha de reducao de PVC, soldavel, curta, com 25 x 20 mm, para agua fria predial (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	200	R\$ 1,15	R\$ 230,00
	13	399173	Bucha de reducao de PVC, soldavel, curta, com 32 x 25 mm, para agua fria predial (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	100	R\$ 1,93	R\$ 193,00
	14	399173	Bucha de reducao de PVC, soldavel, curta, com 40 x 32 mm, para agua fria predial (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	50	R\$ 2,69	R\$ 134,50
	15	399173	Bucha de reducao de PVC, soldavel, curta, com 50 x 40mm, para agua fria predial (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	30	R\$ 4,68	R\$ 140,40
	16	399173	Bucha de reducao de PVC, soldavel, curta, com 60 x 50 mm, para agua fria predial (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	30	R\$ 6,69	R\$ 200,70
SEM	17	376594	Curva longa de PVC 90 graus, soldavel, 60 mm, para agua fria predial (NBR 5648) (NBR 9821:1987 versão	UNIDADE	5	R\$ 30,58	R\$ 152,90

GRUPO			corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).				
GRUPO 04	18	243109	Joelho, PVC soldavel, 45 graus, 32 mm, para agua fria predial (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	10	R\$ 4,72	R\$ 47,20
	19	240418	Joelho, PVC soldavel, 90 graus, 20 mm, para agua fria predial (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	100	R\$ 0,98	R\$ 98,00
	20	240422	Joelho, PVC soldavel, 90 graus, 25 mm, para agua fria predial (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	100	R\$ 0,98	R\$ 98,00
	21	240419	Joelho, PVC soldavel, 90 graus, 40 mm, para agua fria predial (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	10	R\$ 5,47	R\$ 54,70
	22	240420	Joelho, PVC soldavel, 90 graus, 50 mm, para agua fria predial (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	50	R\$ 5,57	R\$ 278,50
	23	242983	Joelho, PVC soldavel, 90 graus, 60 mm, para agua fria predial (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	10	R\$ 28,85	R\$ 288,50
GRUPO 05	24	257526	Luva, PVC soldavel e bucha de latão, 90 graus, 20 mm x 1/2", para agua fria predial (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	100	R\$ 4,80	R\$ 480,00
	25	265066	Luva, PVC soldavel e bucha de latão, 90 graus, 25 mm x 1/2", para agua fria predial (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	50	R\$ 4,97	R\$ 248,50
	26	265067	Luva, PVC soldavel e bucha de latão, 90 graus, 25 mm x 3/4", para agua fria predial (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	100	R\$ 6,71	R\$ 671,00
	27	390468	Tê, PVC azul soldavel e bucha de latão, 25 mm x 1/2", para agua fria predial (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	50	R\$ 9,50	R\$ 475,00
	28	384117	Tê, PVC azul soldavel e bucha de latão, 25 mm x 3/4", para agua fria predial (NBR 9821:1987 versão corrigida:1988, NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	50	R\$ 9,20	R\$ 460,00
	29	245133	Luva PVC soldavel, 20 mm, para agua fria predial (NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	200	R\$ 0,73	R\$ 146,00
	30	242790	Luva PVC soldavel, 25 mm, para agua fria predial (NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	200	R\$ 0,89	R\$ 178,00
	31	242876	Luva PVC soldavel, 32 mm, para agua fria predial (NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	50	R\$ 1,80	R\$ 90,00
	32	242876	Luva PVC soldavel, 40 mm, para agua fria predial (NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	10	R\$ 1,80	R\$ 18,00

GRUPO 06	33	247695	Luva PVC soldavel, 50 mm, para agua fria predial (NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	50	R\$ 4,60	R\$ 230,00
	34	245144	Luva PVC soldavel, 60 mm, para agua fria predial (NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	30	R\$ 14,41	R\$ 432,30
	35	296242	Luva de redução PVC soldavel, 50x25 mm, para agua fria predial (NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	30	R\$ 7,60	R\$ 228,00
	36	260075	Luva de redução PVC soldavel, 25x20 mm, para agua fria predial (NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	30	R\$ 2,40	R\$ 72,00
	37	407295	Luva de correr para tubo soldavel, PVC, 60 mm, para agua fria predial (NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	10	R\$ 39,71	R\$ 397,10
GRUPO 07	38	242705	Te soldavel, PVC, 90 graus, 50 mm, para agua fria predial (NBR 5648) (NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	20	R\$ 11,30	R\$ 226,00
	39	260122	Te de reducao, PVC, soldavel, 32 mm x 25 mm, para agua fria predial (NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	10	R\$ 5,90	R\$ 59,00
	40	299898	Te de reducao, PVC, soldavel, 50 mm x 25 mm, para agua fria predial (NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	50	R\$ 10,78	R\$ 539,00
	41	260146	Te PVC, soldavel, com bucha de latao na bolsa central, 90 graus, 25 mm x 3/4", para agua fria predial (NBR 5648:2018, NBR 5626:2020).	UNIDADE	50	R\$ 9,41	R\$ 470,50
GRUPO 08	42	262350	Luva/uniao PVC, soldavel, 20 mm, para agua fria predial (NBR 5626:2020; NBR 5648:2018).	UNIDADE	50	R\$ 6,10	R\$ 305,00
	43	351296	Luva/uniao PVC, soldavel, 25 mm, para agua fria predial (NBR 5626:2020; NBR 5648:2018).	UNIDADE	50	R\$ 6,87	R\$ 343,50
SEM GRUPO	44	239035	Plug roscado 1/2" em PVC.	UNIDADE	50	R\$ 0,67	R\$ 33,50
GRUPO 09	45	249993	Tubo PVC serie normal, dn 100 mm, para esgoto predial (NBR 5688) (NBR 5688:2018, NBR 8160:1999) tubo fabricado em PVC rígido, na cor branca, diâmetro de 100mm e comprimento total de 6m. Com bolsa lisa (somente para junta soldável). Para atender os sistemas prediais de esgoto, conduzindo os efluentes dos aparelhos sanitários inclusive das bacias sanitárias e mictórios. Uso em obras horizontais e verticais residenciais, comerciais e industriais de todos os tipos e padrões.	BARRA COM 6,0 METROS	50	R\$ 83,07	R\$ 4.153,50
	46	271684	Tubo PVC serie normal, dn 150 mm, para esgoto predial (NBR 5688) (NBR 5688:2018, NBR 8160:1999) tubo fabricado em PVC rígido, na cor branca, diâmetro de 150mm e comprimento total de 6m. Com bolsa lisa (somente para junta soldável). Para atender os sistemas prediais de esgoto, conduzindo os efluentes dos aparelhos sanitários inclusive das bacias sanitárias e mictórios. Uso em obras horizontais e verticais residenciais, comerciais e industriais de todos os tipos e padrões.	BARRA COM 6,0 METROS	20	R\$ 230,00	R\$ 4.600,00
			Tubo PVC serie normal, dn 200 mm,				

	47	238151	para esgoto predial (NBR 5688) (NBR 5688:2018, NBR 8160:1999) tubo fabricado em PVC rígido, na cor branca, diâmetro de 200mm e comprimento total de 6m. Com bolsa lisa (somente para junta soldável). Para atender os sistemas prediais de esgoto, conduzindo os efluentes dos aparelhos sanitários inclusive das bacias sanitárias e mictórios. Uso em obras horizontais e verticais residenciais, comerciais e industriais de todos os tipos e padrões.	BARRA COM 6,0 METROS	5	R\$ 450,00	R\$ 2.250,00
GRUPO 10	48	296655	Curva PVC curta 45 graus, dn 100 mm, série normal, para esgoto predial série normal.	UNIDADE	10	R\$ 33,90	R\$ 339,00
	49	236993	Curva PVC curta 90 graus, dn 40 mm, série normal, para esgoto predial série normal.	UNIDADE	20	R\$ 5,65	R\$ 113,00
	50	236995	Curva PVC curta 90 graus, dn 100 mm, série normal, para esgoto predial série normal.	UNIDADE	20	R\$ 21,50	R\$ 430,00
	51	351452	Joelho PVC, soldavel, pb, 45 graus, dn 150 mm, série normal, para esgoto predial.	UNIDADE	5	R\$ 10,93	R\$ 54,65
	52	351457	Joelho PVC, soldavel, pb, 90 graus, dn 150 mm, série normal, para esgoto predial.	UNIDADE	5	R\$ 6,38	R\$ 31,90
GRUPO 11	53	240635	Registro monobloco de esfera soldável dn 25 mm (NBR 5626:1998).	UNIDADE	50	R\$ 13,99	R\$ 699,50
	54	257682	Registro monobloco de esfera soldável dn 32 mm (NBR 5626:1998).	UNIDADE	15	R\$ 27,80	R\$ 417,00
	55	240634	Registro de esfera, PVC, com volante, vs, roscavel, dn 20 mm, com corpo dividido (NBR 5626:1998).	UNIDADE	20	R\$ 13,63	R\$ 272,60
	56	240635	Registro de esfera, PVC, com volante, vs, roscavel, dn 25 mm, com corpo dividido (NBR 5626:1998).	UNIDADE	20	R\$ 14,94	R\$ 298,80
	57	257682	Registro de esfera, PVC, com volante, vs, roscavel, dn 32 mm, com corpo dividido (NBR 5626:1998).	UNIDADE	10	R\$ 27,00	R\$ 270,00
	58	257681	Registro de esfera, PVC, com volante, vs, roscavel, dn 50 mm, com corpo dividido (NBR 5626:1998).	UNIDADE	20	R\$ 41,00	R\$ 820,00
	59	343466	Registro de esfera, PVC, com volante, vs, roscavel, dn 60 mm, com corpo dividido (NBR 5626:1998).	UNIDADE	5	R\$ 78,76	R\$ 393,80
	60	254250	Registro de esfera metálico com corpo em latão 1/2" características: pressão de serviço: 25 kgf/cm²; duas vedações de p. t.f.e. Puro entre a esfera e o corpo do registro; dois o'rings de viton montados a partir do interior do registro na haste de acionamento; passagem total.	UNIDADE	50	R\$ 28,00	R\$ 1.400,00
	61	254251	Registro de esfera metálico com corpo em latão 3/4" características: pressão de serviço: 25 kgf/cm²; duas vedações de p. t.f.e. Puro entre a esfera e o corpo do registro; dois o'rings de viton montados a partir do interior do registro na haste de acionamento; passagem total.	UNIDADE	50	R\$ 45,90	R\$ 2.295,00
			Registro de esfera metálico com corpo				

GRUPO 12	62	254252	em latão 1" características: pressão de serviço: 25 kgf/cm²; duas vedações de p. t.f.e. Puro entre a esfera e o corpo do registro; dois o'rings de viton montados a partir do interior do registro na haste de acionamento; passagem total.	UNIDADE	20	R\$ 69,11	R\$ 1.382,20
	63	254254	Registro de esfera metálico com corpo em latão 1 1/2" características: pressão de serviço: 25 kgf/cm²; duas vedações de p.t.f.e. Puro entre a esfera e o corpo do registro; dois o'rings de viton montados a partir do interior do registro na haste de acionamento; passagem total.	UNIDADE	20	R\$ 142,00	R\$ 2.840,00
	64	240625	Registro de esfera metálico com corpo em latão 2" características: pressão de serviço: 25 kgf/cm²; duas vedações de p. t.f.e. Puro entre a esfera e o corpo do registro; dois o'rings de viton montados a partir do interior do registro na haste de acionamento; passagem total.	UNIDADE	10	R\$ 176,00	R\$ 1.760,00
GRUPO 13	65	351596	Valvula de descarga em metal cromado para mictorio com acionamento por pressao e fechamento automatico.	UNIDADE	20	R\$ 95,90	R\$ 1.918,00
	66	356591	Valvula de descarga metalica hydra max , base 1 1/2 " e acabamento metalico branco.	UNIDADE	20	R\$ 335,00	R\$ 6.700,00
	67	406084	Acabamento para válvula descarga hydra max, cor branca, dimensões: altura: 96 mm comprimento: 48 mm largura: 107 mm.	UNIDADE	30	R\$ 45,00	R\$ 1.350,00
	68	356591	Base para válvula de descarga 50mm ou 1.1/2 hydra max deca.	UNIDADE	30	R\$ 157,25	R\$ 4.717,50
	69	406080	Reparo válvula hydra luxo - deca.	UNIDADE	40	R\$ 50,32	R\$ 2.012,80
	70	319069	Valvula em metal cromado para lavatorio, 1 " sem ladrao.	UNIDADE	50	R\$ 22,50	R\$ 1.125,00
	71	355714	Valvula em metal cromado para pia americana 3.1/2 x 1.1/2 .	UNIDADE	100	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
	72	368682	Tubo de descida para válvula descarga 38mm com joelho azul e aneis, para válvula de descarga, tamanho de 82 cm.	UNIDADE	20	R\$ 18,00	R\$ 360,00
GRUPO 14	73	294404	Torneira de boia convencional para caixa d'agua, agua fria, 3/4" e 1/2" , com haste e torneira metalicos e balao plastico.	UNIDADE	100	R\$ 30,12	R\$ 3.012,00
	74	396902	Torneira de boia para bebedouro, 1/2" , com haste metalica e balao plastico.	UNIDADE	100	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
GRUPO 15	75	317054	Engate flexível de plástico 3/4" x 50cm, pressão nominal: 4kgf/cm²; conforme NBR 14878.	UNIDADE	15	R\$ 5,42	R\$ 81,30
	76	355256	Engate flexível de plástico 1/2" x 50cm, pressão nominal: 4kgf/cm²; conforme NBR 14878.	UNIDADE	50	R\$ 6,95	R\$ 347,50
GRUPO 16	77	442227	Bico metálico para torneira 1/2" (engate de mangueira) com anel de vedação.	UNIDADE	50	R\$ 28,79	R\$ 1.439,50
	78	307461	Bico metálico para torneira 3/4" (engate de mangueira) com anel de vedação.	UNIDADE	50	R\$ 24,50	R\$ 1.225,00
GRUPO 17	79	462301	Caixa sifonada PVC, 100 x 100 x 50 mm, com grelha quadrada, branca.	UNIDADE	10	R\$ 20,23	R\$ 202,30
	80	264466	Caixa sifonada 150mm com base quadrada e tampa em inox com	UNIDADE	10	R\$ 112,99	R\$ 1.129,90

			fechamento.				
SEM GRUPO	81	238192	Parafuso castelo cromado, bucha 10mm, para vaso sanitário, kit com 02 parafusos de 10 cm; 02 buchas; 02 arruelas.	UNIDADE	100	R\$ 8,75	R\$ 875,00
SEM GRUPO	82	266924	Adesivo plastico para conexões e tubos de PVC rígido, para instalações residenciais e prediais, frasco de 175g, com tampa/pincel de aplicação.	UNIDADE	100	R\$ 24,90	R\$ 2.490,00
SEM GRUPO	83	272740	Braço / cano para chuveiro eletrico, em aluminio, 30 cm x 1/2 .	UNIDADE	50	R\$ 22,90	R\$ 1.145,00
SEM GRUPO	84	480673	Chuveiro elétrico com 4 temperaturas 6800 w 220 v material: termoplástico, elastômeros, e ligas metálicas contatos liga prata, adicionais:mangueira e ducha manual e suporte para fixação.	UNIDADE	200	R\$ 67,56	R\$ 13.512,00
SEM GRUPO	85	349028	Registro gaveta bitola 3/4", em latao forjado, com acabamento e canopla em metal cromados, (ref 1509).	UNIDADE	10	R\$ 91,00	R\$ 910,00
SEM GRUPO	86	405311	Kit refil filtro purificador bebedouro ibbl c+3 + refil pré c+3 original pfn 2000 pdf100 pdf300 smart h2o.	UNIDADE	30	R\$ 89,00	R\$ 2.670,00
	87	381089	Torneira para pia (parede) (entrada horizontal) torneira para pia de parede, com acionamento por alavanca articulada, dn 15 (g ½” b), com adaptador de ½”para ¾”, com bica móvel, arejador fixo (vazão constante até 6l/ min), corpo em latão cromado, pressão de funcionamento de 20 a 400 kpa. Comprimento da torneira, distância entre o plano de assentamento e a saída de água da torneira ≥ 130mm. Em conformidade com (ABNT NBR 10281/24 - torneiras - requisitos e métodos de ensaio); (ABNT NBR 10283/18 - revestimentos de superfícies de metais e plásticos sanitários - requisitos e métodos de ensaio); programa setorial da qualidade (psq): https://pbqp-h.mdr.gov.br/psq/metais-sanitarios/ o produto ofertado deverá, preferencialmente, ser proveniente de empresa participante do programa brasileiro da qualidade e produtividade do habitat (pbqp-h), do governo federal, e estar classificado, no relatório setorial vigente, como empresa qualificada no âmbito do programa setorial da qualidade (psq) de aparelhos economizadores de água. Como referência de qualidade e desempenho, consideram-se os produtos das marcas docol, fabrimar, deca, bognar, perflex, esteves, fani, leão, pevilon, talita, japi, kelly, meber, imperatriz, dentre outras qualificadas no (psq) ou equivalente. * na hipótese de ser ofertado produto equivalente, o fornecedor deverá apresentar, obrigatoriamente, laudos de ensaios laboratoriais emitidos por instituição acreditada pelo inmetro, comprovando a conformidade do	UNIDADE	100	R\$ 95,50	R\$ 9.550,00

GRUPO 18			produto com os requisitos técnicos de desempenho e qualidade exigidos pelo respectivo psq.				
	88	381089	Torneira para pia (bancada) (entrada vertical) torneira para pia de bancada, com acionamento por alavanca articulada, dn 15 (g ½" b), com adaptador de ½"para ¾", com bica móvel, arejador fixo (vazão constante até 6l/ min), corpo em latão cromado, pressão de funcionamento de 20 a 400 kpa. Comprimento da torneira, distância entre a saída de água o plano de assentamento da torneira ≥ 150mm. Em conformidade com (ABNT NBR 10281/24 - torneiras - requisitos e métodos de ensaio); (ABNT NBR 10283/18 - revestimentos de superfícies de metais e plásticos sanitários - requisitos e métodos de ensaio); programa setorial da qualidade (psq): https://pbqp-h.mdr.gov.br/psq/metais-sanitarios/ o produto ofertado deverá, preferencialmente, ser proveniente de empresa participante do programa brasileiro da qualidade e produtividade do habitat (pbqp-h), do governo federal, e estar classificado, no relatório setorial vigente, como empresa qualificada no âmbito do programa setorial da qualidade (psq) de aparelhos economizadores de água. Como referência de qualidade e desempenho, consideram-se os produtos das marcas docol, fabrimar, deca, bognar, perflex, esteves, fani, leão, pevilon, talita, japi, kelly, meber, imperatriz, dentre outras qualificadas no (psq) ou equivalente. * na hipótese de ser ofertado produto equivalente, o fornecedor deverá apresentar, obrigatoriamente, laudos de ensaios laboratoriais emitidos por instituição acreditada pelo inmetro, comprovando a conformidade do produto com os requisitos técnicos de desempenho e qualidade exigidos pelo respectivo psq.	UNIDADE	100	R\$ 95,50	R\$ 9.550,00
			Torneira de fechamento automático de mesa para lavatório com alavanca para pcd - NBR9050 características: torneira de fechamento automático de mesa para lavatório, com arejador, dn 15 1/2""", pressão de serviço 20 a 400 kpa, corpo e botão de acionamento em liga de cobre, com revestimento eletrolítico cromado, (não serão aceitos torneiras fabricadas em abs). Distância do eixo vertical que passa pelo centro da rosca de fixação da torneira (entrada de água) ao eixo vertical que passa pelo centro do arejador(saída de água) de: 80 a 120 mm, tempo de fechamento de 4 a 10 s, vazão mínima de 0,04 l/s (2,4 l/min).				

SEM GRUPO	89	618199	<p>Garantia: garantia mínima de 10 anos contra defeitos de fabricação. Normas: em conformidade com as normas (ABNT NBR 13713:2009) . (ABNT NBR 10283/18) (NBR 10281) programa setorial da qualidade (psq): https://pbqp-h.mdr.gov.br/psq/aparelhos-economizadores-de-agua/ o produto ofertado deverá, preferencialmente, ser proveniente de empresa participante do programa brasileiro da qualidade e produtividade do habitat (pbqp-h), do governo federal, e estar classificado, no relatório setorial vigente, como empresa qualificada no âmbito do programa setorial da qualidade (psq) de aparelhos economizadores de água. Como referência de qualidade e desempenho, consideram-se os produtos das marcas docol, fabrimar, deca ou equivalente. Na hipótese de ser ofertado produto equivalente, o fornecedor deverá apresentar, obrigatoriamente, laudos de ensaios laboratoriais emitidos por instituição acreditada pelo inmetro, comprovando a conformidade do produto com os requisitos técnicos de desempenho e qualidade exigidos pelo respectivo psq.</p>	UNIDADE	80	R\$ 166,64	R\$ 13.331,20
SEM GRUPO	90	381089	<p>Torneira para pia (parede) (entrada horizontal) (fixa, reta) torneira para pia de parede, com acionamento por canopla, dn 15 (g ½” b), com adaptador de ½”para ¾”, com bica fixa, arejador fixo (vazão constante até 6l/ min), corpo em latão cromado, pressão de funcionamento de 20 a 400 kpa. Comprimento da torneira, distância entre o plano de assentamento e a saída de água da torneira ≥ 220mm. Em conformidade com (ABNT NBR 10281/24 - torneiras - requisitos e métodos de ensaio); (ABNT NBR 10283/18 - revestimentos de superfícies de metais e plásticos sanitários - requisitos e métodos de ensaio); programa setorial da qualidade (psq):https://pbqp-h.mdr.gov.br/psq/metais-sanitarios/ o produto ofertado deverá, preferencialmente, ser proveniente de empresa participante do programa brasileiro da qualidade e produtividade do habitat (pbqp-h), do governo federal, e estar classificado, no relatório setorial vigente, como empresa qualificada no âmbito do programa setorial da qualidade (psq) de aparelhos economizadores de água. Como referência de qualidade e desempenho, consideram-se os produtos das marcas docol, fabrimar, deca, bogнар, perflex, esteves, fani, leão, pevilon, talita, japi, kelly, meber, imperatriz, dentre outras qualificadas no (psq) ou equivalente. * na hipótese de ser ofertado produto equivalente, o fornecedor deverá</p>	UNIDADE	30	R\$ 95,50	R\$ 2.865,00

			apresentar, obrigatoriamente, laudos de ensaios laboratoriais emitidos por instituição acreditada pelo inmetro, comprovando a conformidade do produto com os requisitos técnicos de desempenho e qualidade exigidos pelo respectivo psq.				
SEM GRUPO	91	613232	Kit completo para caixas acopladas com acionador superior acompanha vedação, kit para fixação, mecanismo de entrada e saída ciclos de garantia: 15.000 classe de pressão: 1 a 75 m.c.a. Fluxo de água ajustável (válvula de reposição do fecho hídrico) funcionamento em alta e baixa pressão possui filtro para manutenção de limpeza nível de água ajustável na caixa de descarga temperatura máxima de trabalho: 45 °c referência: blukit 340215-41.	UNIDADE	10	R\$ 140,00	R\$ 1.400,00
SEM GRUPO	92	600647	Cuba de embutir oval, cor: branco, material: cerâmica, tamanho: 49x36x16cm (medidas externas), referência: icasa, il600.	UNIDADE	10	R\$ 179,31	R\$ 1.793,10
SEM GRUPO	93	626357	Lâmpada led g9 7w 3000k, branco quente, halopin, potência 7w, lumens 630lm, tensão ac 127/220 v, ângulo 360 graus, irc >=80 , frequência 50/60 hz, fp>0.6, índice de proteção ip20, vida útil (l70) 35000h.	UNIDADE	100	R\$ 5,68	R\$ 568,00
SEM GRUPO	94	620604	Luminária led tipo painel de embutir com produção 100% nacional. Com formato slim, promove uma iluminação difusa e homogênea. Potência 40w, dimensão 60x60, fluxo luminoso: 4000lm, eficácia 100lm/w, facho: 110, temperatura de cor: 6500k, irc >80, ip 40, vida útil: 50.000h instalação: embutir em forros modulares 625x625 com perfil ""t"" de 25mm ou em forros de gesso, madeira e PVC por meio de molas efeito de luz: iluminação direta corpo: aço acabamento: tinta pó poliéster de alta resistência na cor branca microtexturizada aplicada por processo eletrostático, garantindo camada mínima de 50µm. Difusor: translúcido fonte luminosa: leds smd de alto desempenho aplicados sobre placa de circuito impresso. Driver multitemperatura (100-250v) não dimerizável com alto fator de potência e baixo thd vida útil: mantém no mínimo 70% do fluxo luminoso inicial em 50.000h, a 50°C de temperatura ambiente. Temperatura de operação: 0° a 50°C referência: lumicenter - lht44-e4000865 .	UNIDADE	50	R\$ 210,00	R\$ 10.500,00
			Resistência elétrica para lavadora de louça hobart - modelo crs 110 a série 15-75-00513. Modelo da resistência do boiler: e – 384076-1 - resistência elétrica trifásica flangeada, tubular para imersão em água, blindada em cobre, com flange em forma de losango com				

SEM GRUPO	95	362879	anel oring de vedação incluso, flange constituído de latão e fixado por parafusos na estrutura do boiler ou mini caldeira; diâmetro da blindagem tubular: 9 mm; comprimento total da resistência: 400 mm; comprimento do flange: 89 mm; largura do flange: 65 mm; espessura do flange: 8,5 mm; distância entre os furos para fixação do flange: 71 mm; diâmetro da furação do flange: 9,5 mm; potência da resistência: 9kw - 380/220v.	UNIDADE	20	R\$ 1.220,00	R\$ 24.400,00
SEM GRUPO	96	615658	Desentupidor de canos e tubulações a bateria, equipamento portátil, alimentado por bateria recarregável de íons de lítio, projetado para desentupimento de tubulações em aplicações, comerciais e de manutenção predial. Deve possuir as seguintes características mínimas: motor sem escovas (brushless), de alta eficiência, que proporcione maior durabilidade, menor necessidade de manutenção e desempenho superior em operações contínuas. Tambor removível, permitindo fácil limpeza e manutenção da ferramenta. Gatilho com velocidade variável, que possibilite o controle do avanço e da retração do cabo, adaptando-se a diferentes tipos de obstruções. Capacidade do tambor: compatível com cabos de até 3/8" x 35' ou 5/16" x 50', com alcance de até 15 metros. Sistema de iluminação por led integrado, para melhor visibilidade em áreas de baixa luminosidade. Protetor externo fixo, garantindo maior segurança ao operador e maior durabilidade do conjunto. Dimensões aproximadas: comprimento em torno de 410 mm. Peso aproximado: até 5,5 kg, garantindo equilíbrio entre estabilidade e portabilidade. Itens a serem fornecidos junto ao equipamento: 01 (um) desentupidor de canos e tubulações a bateria. 02 (duas) baterias de íons de lítio, com capacidade mínima de 2ah cada, recarregáveis e compatíveis com o equipamento. 01 (um) carregador bivolt automático, compatível com as baterias fornecidas.	UNIDADE	3	R\$ 4.789,00	R\$ 14.367,00

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto ou as unidades de fornecimento descritas no sistema eletrônico e as especificações ou as unidades de fornecimento constantes neste termo, o licitante deverá considerar as deste instrumento, conforme planilha acima.

1.3. Os licitantes devem informar em suas propostas todas as características do material ofertado constantes tabela do subitem 1.1. na especificação detalhada da tabela acima.

1.3.1. Para evitar solicitações adicionais de envio de catálogos e fichas técnicas dos produtos ofertados, é solicitado que as informações, tais como descrição detalhada, marca/fabricante e modelo/versão, sejam preenchidas corretamente durante o cadastramento da proposta por meio do sistema.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O produto objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.6. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

1.7. A quantidade mínima a ser cotada pelos licitantes, para cada item, deverá ser a quantidade total descrita na tabela acima, tendo em vista que a oferta de proposta em menor quantidade é desvantajosa para a administração, pois prejudica a economia de escala pela qual podemos obter melhores preços com a oferta da quantidade total a ser adquirida.

1.8. A Instituição não está obrigada a firmar as contratações de todos os itens licitados ou de toda quantidade solicitada em cada item.

1.9. A Cotação de preços unitários e totais deve estar em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 casas decimais após a vírgula (ex. R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Anexo I, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

1.10. O fornecedor deve observar todas as informações constantes no Estudo Técnico Preliminar, conforme disposto no apêndice deste Termo de Referência, a fim de garantir o cumprimento integral dos requisitos e especificações definidos.

1.11. As marcas ofertadas para os itens relacionados no edital e que constarem na ata de registro de preços deverão ser rigorosamente entregues pela empresa contratada. Substituições de marcas serão permitidas apenas em situações excepcionais, desde que a contratada comprove a indisponibilidade da marca originalmente ofertada no mercado, mediante apresentação de declaração oficial da empresa fabricante do produto.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme informações disponíveis no PNCP de 2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos , pois o arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 órgão licitante não estará obrigado a contratar os materiais licitados, que serão adquiridos somente quando surgir a necessidade e na quantidade demandada.

Da exigência de amostra

4.4. Se necessário, poderão ser solicitadas amostras dos itens para os quais não seja possível verificar as características técnicas por meio de consultas às fichas técnicas, catálogos ou fotos dos produtos oferecidos, bem como pela consulta ao site do fornecedor ou fabricante.

4.5. Não sendo possível atender integralmente as solicitações referente ao subitem 4.4, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.6. Em caso de solicitação de amostra, esta deverá ser entregue no endereço Estrada de Muzambinho, Km 35, S/N, Bairro: Morro Preto, Muzambinho/ MG, CEP: 37.890/000 , no prazo limite de , sendo que a05 (cinco) dias úteis empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6.1. Para evitar desclassificações equivocadas devido a possíveis atrasos no sistema de entrega escolhido pela empresa, é fundamental que o comprovante de envio contendo o código de rastreamento da amostra solicitada seja enviado para o e-mail: compras@muz.ifsuldeminas.edu.br.

4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes definido o prazo.

4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. A avaliação dos aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade será realizada de acordo com as normas vigentes para a produção e transporte dos produtos.

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. No caso de a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não ser(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance oferecido pelo segundo classificado. Caso o subitem 4.4 não possa ser atendido integralmente, seguir-se-á com a verificação da (s) amostra(s) e assim sucessivamente, até encontrar uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.12.1. O IFSULDEMINAS emitirá parecer de aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação da amostra no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento. Caso haja ressalvas, a licitante terá 3 (três) dias úteis para correções ou apresentação de nova amostra. Após as correções, será emitido novo parecer conclusivo.

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.15. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.15.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.15.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.15.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A convocação para entrega dos produtos será feita por meio de Ordem de Fornecimento;

5.2. O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias corridos para os demais itens, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento;

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. A entrega deverá ocorrer em dia útil, das 7h30 às 10h30 ou das 13h às 16h30:

5.4.1. No IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, localizado na Estrada de Muzambinho, Km 35, S/N, Muzambinho / MG, CEP: 37.890-000

5.5. O contratado deverá depositar os produtos no local a ser indicado pelo servidor responsável pelo recebimento provisório;

5.6. A entrega correrá totalmente às expensas do contratado, inclusive será de sua responsabilidade providenciar pessoal e equipamentos necessários para descarga e colocação dos produtos no local indicado pelo recebedor dos materiais;

5.7. No transporte até o local de entrega, os produtos deverão ser transportados adequadamente, de acordo com as normas vigentes.

Análises de qualidade, compatibilidade e autenticidade

5.8. Sempre que a situação demonstrar conveniente, o contratante poderá encaminhar o material recebido ou solicitar auxílio a agentes, entidades, institutos, órgãos competentes, etc., para análise de qualidade, compatibilidade, autenticidade e outros que se fizerem necessários.

5.9. Esse procedimento é excepcional e poderá ser adotado tanto na fase de análise para recebimento definitivo, quanto para usufruir da garantia a ser assegurada pelo fornecedor ou pelo fabricante.

5.10. O tempo necessário para esse procedimento interrompe a contagem do prazo para análise do material, para fins de Recebimento Definitivo.

5.11. Quando nessa análise forem constatadas falhas de responsabilidade do fornecedor, as despesas com esse procedimento serão exclusivamente de sua responsabilidade, com prazo de dez dias úteis para pagamento, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União ou diretamente àquele que efetuou a análise, a partir da comunicação formal do contratante.

5.12. As responsabilidades do fornecedor por falha no fornecimento não cessam, mesmo que a análise seja feita após o recebimento definitivo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O instrumento de contrato será substituído pela nota de empenho de despesa, conforme art. 95, II da Lei 14.133/2021, por se tratar de entrega imediata e integral da quantidade de cada pedido. Neste caso, aplica-se, no que couber, o artigo 92 da referida lei.

6.1.1. A nota de empenho emitida implica no reconhecimento de que:

6.1.1.1. referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.1.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

6.1.1.3. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133 /2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas neste Termo e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo requisitante do material, sendo acompanhada também pelo Setor de Almoxarifado.

6.5.1. Serão anotadas todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, será emitida notificação para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.5.3. Serão tomadas providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 8% (oito por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7.1. Consideram-se infrações de inexecução parcial, para fins de aplicação da multa compensatória acima, as seguintes situações:

7.2.4.7.1.1. entrega de quantidade inferior de materiais;

7.2.4.7.1.2. entrega de materiais em desacordo com as especificações técnicas do Termo de Referência;

7.2.4.7.1.3. não substituição de itens defeituosos ou danificados dentro do prazo contratual.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 21/11/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO];

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado;

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, e adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será o valor de cada item constante na tabela apresentada no item 01, observado que nenhum preço unitário ofertado poderá superar os limites ali estabelecidos, ainda que a proposta global do grupo seja considerada vantajosa.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF /FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$190.652,15 (Cento e noventa mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e quinze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 01.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da emissão da Nota de Empenho.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenação Geral de Infraestrutura e Serviços, auxiliado pelo “Setor de Compras, Contratos e Convênios”, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e aprovação das autoridades competentes.

MUZAMBINHO, 06 DE JANEIRO DE 2026

LUCAS DELEON RAMIRIO

GREGÓRIO BARROSO DE OLIVEIRA PRÓSPERI

COORDENADOR GERAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

ZÉLIA DIAS DE SOUZA

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.1. Sem prejuízo de outras disposições legais e/ ou normativas que relacionem-se com o objeto deste certame, o Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado neste termo, os bens nos quais se verificarem vícios (inclusive os redibitórios, a partir de sua detecção), defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, bem como atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal e/ ou gestor contratuais, e/ ou autoridade superior, prestando todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

13.1.7. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.1.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.1.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

13.1.12. Reconhecer, incondicionalmente, que o presente instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.2. São obrigações do Contratante:

13.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o edital e seus anexos;

13.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

13.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

13.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no edital e anexos;

13.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no edital e seus anexos;

13.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.2.9.1. A Administração terá o prazo de dez dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.2.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

12.2.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

FORO

12.3. Fica eleito o Foro da Subseção Judiciária de Pouso Alegre, MG – Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste instrumento que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, a empresa contratada (**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o **Pregão 90601/2026**, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCAS DELEON RAMIRIO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 06/01/2026 às 12:51:14.

GREGORIO BARROSO DE OLIVEIRA PROSPERI

Coordenador Geral de Infraestrutura e Serviços



Assinou eletronicamente em 06/01/2026 às 16:12:26.

ZELIA DIAS DE SOUZA

Diretora de Administração e Planejamento



Assinou eletronicamente em 06/01/2026 às 14:08:52.